

Alvaro de Souza Pinheiro(*)

“O entendimento e o conhecimento das motivações e capacitações de uma organização terrorista possibilitam uma sólida fundamentação na conduta de operações contraterrorismo bem sucedidas, bem como o emprego de aproximações ativas, tanto direta quanto indireta, na confrontação com a ameaça.”

(Joint Publication JP 3-26, COUNTERTERRORISM, 13 November 2009, US Joint Chiefs of Staff)

Ameaça Antiga com Roupagem Nova

Os trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, nos EUA, repercutiram de forma traumática em todo o mundo, que os acompanhou, em tempo real, ao vivo e a cores. O “NINE / ELEVEN”, como ficou universalmente conhecido o dramático evento, constituiu-se num verdadeiro “divisor de águas” entre um “terrorismo clássico”, instrumento de perspectiva eminentemente tática de movimentos revolucionários do período da Guerra Fria, e um “terrorismo contemporâneo”, típico do término do Conflito Bi-Polar, de caráter eminentemente estratégico, caracterizado por demonstrar ser um fim em si mesmo.

Muito embora as táticas, técnicas e procedimentos (TTP), de uma maneira geral, permaneçam as mesmas, há que se destacar algumas diferenciações básicas entre o terrorismo clássico e o contemporâneo. A principal delas se refere à lógica da confrontação: no passado, havia uma certa previsibilidade, em função da determinação de objetivos palpáveis e definidos; na atualidade, a imprevisibilidade é total, primeiro, pela caracterização de uma ameaça global (e não mais localizada); segundo, pelo fato de que as organizações operam de forma totalmente indiscriminada, com a motivação de que quanto maior a destruição, melhor. A lógica fica totalmente prejudicada quando se faz necessário enfrentar indivíduos fanáticos que, visando causar o maior terror possível, usam como instrumento desse terror, a sua própria morte, e que ambicionam atingir o paraíso, matando indiscriminadamente, em nome de Deus.

Mais do que nunca, há que se ter em mente que o terrorismo é uma forma de guerra psicológica, o que absolutamente não impede, muito pelo contrário, estimula, a ocorrência de baixas letais e, o que é pior, na sua maioria, de cidadãos civis não combatentes.

Terrorismo Contemporâneo: Tipificação e TTP.

Muito embora não exista uma definição formal universal para a ameaça do terrorismo (a ONU evoluiu bastante na busca dessa definição, mas não a concretizou), o Departamento de Defesa dos EUA a define como o uso premeditado de violência ilegal ou de ameaça da violência ilegal visando causar medo, com o intuito de coagir ou intimidar governos ou sociedades na consecução de objetivos políticos, religiosos, ou ideológicos.

Fundamentalmente, são quatro as variantes de organizações terroristas em presença, na atualidade.

A primeira, são organizações terroristas inseridas no contexto de movimentos revolucionários, desencadeando atentados em conjunção a atividades de subversão e de guerrilha, visando à derrubada do sistema político vigente. Poderão ser apoiadas (ostensiva ou sigilosamente), ou não, por um ou mais governos estrangeiros. Exemplos: as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), o Exército de Libertação Nacional (ELN, também colombiano) e a Frente

Separatista Chechena.

A segunda, são organizações terroristas que, apesar do engajamento em causas tidas como justas, em função do radicalismo de suas posições, mostram-se incapazes de obter um significativo apoio popular. Poderão ser apoiadas (ostensiva ou sigilosamente), ou não, por um ou mais governos estrangeiros. Exemplos: Grupo Separatista Basco ETA e as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC).

A terceira, são organizações terroristas que, além de cerradamente apoiadas, seguem (ostensiva ou sigilosamente) as diretrizes de um ou mais governos estrangeiros, do(s) qual(is) recebem apoio.

Exemplo: Hezbollah.

A quarta, são organizações terroristas que, embora contando com o apoio velado de governos simpatizantes, operam de forma totalmente independente, não limitando nem suas bases, nem suas atividades ao território de determinado país ou a determinada filosofia política. Exemplo: Al Qaeda e suas afiliadas Al Qaeda Afegã e Al Qaeda Iraquiana.

Com relação às suas TTP, há que se destacar: assassinato (terrorismo seletivo e indiscriminado); incêndio criminoso; atentado a bomba; seqüestro (terrorismo seletivo e indiscriminado); ocupação de instalações a viva força; golpe-de-mão e incursão; sabotagem; ação psicológica por meio de ameaças; destruição ambiental; emprego de armamentos anti-aéreos portáteis (Man Portable Air Defense Systems – MANPADS) na derrubada de aeronaves em vôo; e o emprego de armas de destruição em massa (químicas, biológicas e nucleares - QBN). Esta última tática constitui-se, na atualidade, no grande pesadelo de todos os Sistemas de Inteligência, particularmente, do mundo ocidental.

Terrorismo Contemporâneo: C2, Estrutura Organizacional e Recursos Financeiros.

As organizações terroristas da atualidade, de uma maneira geral, não são corporativas, nem estão confinadas a limites fronteiriços, buscando, ao máximo, desenvolver capacidades transnacionais. Compartilham, entre si, não apenas consideráveis recursos, como também objetivos político-ideológicos, étnicos, ou religiosos. Na atualidade, as organizações terroristas estabeleceram conexões cerradas com organizações do crime organizado, a fim de obterem os recursos financeiros necessários para as suas atividades. Trata-se de uma ligação que atende a ambas as partes com significativas vantagens, inclusive nos níveis operacional e tático.

Exemplos significativos dessa tenebrosa ligação são as conexões estabelecidas pela própria Al Qaeda, pelo Hezbollah (Líbano) e pela Frente Abu Sayyaf (Filipinas) com o crime organizado internacional.

As FARC e os cartéis colombianos produtores de cocaína refinada e executores de seqüestros indiscriminados (indústria do seqüestro), não só estão cerradamente conectados, como as FARC, hoje, participam de todas as fases da produção da cocaína refinada, além de ter na execução de seqüestros seletivos e indiscriminados, a sua segunda maior fonte de renda. Atualmente, segundo fontes abalizadas das forças de segurança colombianas, as FARC perderam muito de sua identidade revolucionária e tornaram-se, na verdade, o mais poderoso cartel de cocaína refinada, transformando-se no exemplo mais característico de narcoterrorismo do hemisfério ocidental. Nesse contexto, estabeleceram laços táticos com diferentes organizações do crime organizado em todos os países da América Latina, EUA e Canadá.

No que se refere ao Brasil, uma significativa evidência dessa macabra conexão é o fato de que

Luis Fernando da Costa, (vulgo “Fernandinho Beira-Mar”), o maior narcotraficante do País, em todos os tempos, líder da facção criminosa do Rio de Janeiro, “Comando Vermelho”, foi capturado, em 21 de abril de 2001, pelo Exército Colombiano, na Operação “Gato Negro”, desenvolvida no Departamento de Vichada, Região Leste (proximidade da fronteira com a Venezuela), quando trocava fuzis russos Kalashnikov AK-47, por cocaína refinada, com o então (hoje, morto) comandante da Frente 16 das FARC, “El Negro Acacio”.

A estrutura organizacional das atuais organizações terroristas, de uma maneira geral, compreende quatro níveis. O primeiro, a grande base para os demais é o do “Apoio Passivo”, que normalmente, aproveita-se de idiosincrasias, tais como bolsões de pobreza, corrupção, tráfico de drogas, conflitos étnicos e religiosos, que se constituem em oportunidades, para cooptar simpatizantes nos diversificados ambientes operacionais em presença. O segundo é o do “Apoio Ativo”, segundo maior e o mais importante nível da organização terrorista, pois é o braço de suporte que propicia meios de toda a natureza para a organização. Mantém canais de comunicações, opera áreas de homizio, a Inteligência e a Contra-Inteligência, além de assegurar que todas as necessidades logísticas sejam atendidas. O terceiro nível é o dos “Quadros Ativos”, braço armado da organização, responsável pelo planejamento e execução dos atentados. O quarto nível, o mais alto, é o da “Liderança”, responsável pela definição das diretrizes gerais e pelas ações estratégicas; via de regra, manipula ideologias e filosofias, estabelecendo um ideário em seu próprio benefício.

A Al Qaeda, a mais atuante organização terrorista da atualidade, liderada pelo milionário saudita Osama bin Laden, tendo como seu segundo em comando, o egípcio Ayman al Zawahiri, exemplifica como aproveitar-se das conveniências e benefícios de um mundo ocidental cada vez mais aberto, integrado e modernizado, em proveito de sua organização. Hoje, atua como uma agência multinacional, operando em cerca de 60 países, em todo o mundo. Cerradamente conectada com o crime organizado no Afeganistão, na exploração da produção do ópio, a droga ilícita mais consumida na Ásia, possui conexões bancárias diversificadas que lhe permitem a “lavagem de dinheiro” em diversos “paraísos fiscais”, além de manter campos de treinamento e áreas de homizio no território do Afeganistão e de outros países do Oriente Médio e da África, na região fronteiriça e no próprio território do Paquistão, onde, inclusive, conta com significativa parcela de simpatizantes, inclusive conexões no próprio Inter-Service Intelligence–ISI, Agência de Inteligência do Paquistão.

Um aspecto importante do sistema de comando e controle das mais relevantes organizações terroristas, na atualidade, é que, embora enfatizando a disciplina e a hierarquia nas suas estruturas, raramente encontrar-se-á estruturas verticalizadas. De uma maneira geral, toda a integração é efetuada por redes (networks). A própria Al Qaeda opera suas redes valendo-se de meios diversificados, desde correspondências pessoais e anúncios anônimos em jornais, até os mais sofisticados recursos disponíveis na tecnologia da informação, telefones celulares e por satélite, Internet, e-mails criptografados, vídeo tapes, e CD-Roms (read-only memory), dentre outros.

Há que se destacar que desde o trágico NINE / ELEVEN, a Al Qaeda não mais voltou a atacar o território continental dos EUA. Não é porque decretou uma trégua. Na verdade, está enfraquecida, perdeu esta capacitação. No momento, vivencia uma pressão intensiva, tanto no Afeganistão quanto no Iraque, que está debilitando, sobremaneira, suas afiliadas Al Qaeda Afegã, base do Movimento Talibã, e Al Qaeda Iraquiana, com reflexos significativamente negativos na sua capacitação global.

Planejamento e Execução de Atentados na Atualidade

Não resta a menor dúvida de que houve uma significativa evolução, pode-se mesmo dizer, um verdadeiro refinamento da eficiência assassina das organizações terroristas, durante a última década. O planejamento operacional terrorista é, via de regra, planejado nos seus mínimos detalhes, com a finalidade de minimizar riscos, alcançar a mais alta probabilidade de sucesso e maximizar a atenção da opinião pública nacional e internacional sobre as ações a realizar. As táticas selecionadas são integradas ao plano geral, tendo sempre em mente que o sucesso na consecução dos objetivos operacionais tem repercussões altamente positivas na consecução dos objetivos estratégicos.

O planejamento e a execução de uma ação terrorista obedece a um ciclo de 7 fases, quaisquer que sejam as TTP a serem empregadas na sua execução.

1ª. Fase: Seleção Ampla de Alvos

Caracteriza-se pela busca de informações sobre vários alvos potenciais. Tais alvos são identificados por meio da mídia, pesquisa na Internet, e outras fontes de domínio público. Os alvos potenciais são selecionados em função de seu valor simbólico e, sobretudo, pelo seu potencial para gerar atenção de alto perfil na mídia. Há que se ter sempre em mente que a seleção de um indivíduo ou de uma instalação, como alvo compensador, deve estar de acordo com os objetivos estratégicos do grupo terrorista. Isto inclui uma avaliação de riscos e a possibilidade de baixas. O número de alvos preliminares que são relacionados nesta fase é limitado apenas pela capacidade da organização terrorista em coletar informações de simpatizantes e de outras fontes abertas. Os alvos considerados vulneráveis nesta fase e que atendam aos objetivos da organização ficam selecionados para a próxima fase de levantamento de inteligência.

2ª. Fase: Levantamento de Inteligência e Vigilância

Aos alvos considerados com vulnerabilidades potenciais é dada alta prioridade de esforço. O tipo de vigilância desdobrado depende do tipo de alvo e de sua prioridade. Os requisitos básicos de Inteligência necessários, tanto para indivíduos quanto para instalações, incluem: práticas, procedimentos e rotinas; transporte e itinerários de deslocamento (incluindo viagens); e medidas de segurança em presença (aspecto da mais alta relevância em qualquer tipo de atentado).

3ª. Fase: Seleção do Alvo Específico

A seleção do alvo específico (o que será objeto de um planejamento real para a execução da ação) considera vários fatores anteriores à decisão de prosseguir ou não. A maioria desses fatores é levantada como resposta aos seguintes questionamentos:

- O êxito da ação afeta uma ampla audiência, independentemente das vítimas imediatas?
- O alvo em questão atrairá uma atenção de alto perfil da mídia?
- O êxito da ação transmite a mensagem correta para o público-alvo prioritário?
- O efeito produzido será consistente com os objetivos da organização?
- O alvo proporciona uma vantagem marcante para a organização, em função de lhe dar oportunidade de demonstrar sua capacitação operacional?
- Numa análise custos versus benefícios, a resultante favorece a execução da operação?

4ª. Fase: Vigilância pré-ataque e Planejamento Final

Nesta fase, as informações a serem levantadas e as prescrições a serem definidas no planejamento, tanto de ordem operacional quanto logística, demandam alto nível de Inteligência aplicada e de competência operacional. Os planejamentos operacional e logístico podem demorar dias, semanas, meses e às vezes, anos, para serem verificados, tudo dependendo da complexidade do alvo. Fundamentalmente, é impositivo abordar: condução de estudos sobre a segurança em presença; condução detalhada das operações de preparação, sobretudo, as referentes às reuniões de meios em pessoal e material; recrutar operadores especializados de acordo com as necessidades; estabelecer uma (ou mais, dependendo da necessidade de áreas de homizio, cachês, etc) base(s) de operações na área de interesse que contenha o objetivo; definir, avaliar e testar rotas de fuga e evasão; e definir os meios a serem agressivamente empregados na ação retaliatória no objetivo.

5ª. Fase: Ensaios

Como em qualquer operação militar convencional e, principalmente, nas operações especiais, os ensaios são conduzidos para incrementar as possibilidades do êxito, confirmar as definições do planejamento operacional, e desenvolver linhas de ação para as decisões de conduta.

6ª. Fase: Ações no Objetivo

É fundamental deixar claro que, quando uma organização terrorista chega a esta fase, o alvo está em considerável desvantagem. Até porque, num planejamento onde as ações de coordenação, controle e sincronização foram oportuna e adequadamente revisadas, as forças de reação só acessarão a área do objetivo após as ações terroristas terem sido executadas. São inúmeras as vantagens táticas que o atacante tem a seu favor: determinação do local, data-hora e condições de ataque (sobretudo, quando se tratar de atentado suicida); surpresa tática; emprego de ações secundárias e, até mesmo de ataques subsequentes; e desdobramento sigiloso de posições de bloqueio, visando obstruir a ação de forças de reação.

7ª. Fase: Fuga, Evasão e Exploração

As TTP para a fuga e a evasão são, usualmente, muito bem ensaiadas. Quando bem sucedidas, contribuem para o efeito do terror. Exceção ao caso do atentado suicida quando o impacto ocorre em função do próprio desejo de morrer na execução do ataque. Porém, mesmo nas ações suicidas, o pessoal de apoio (que, pelas suas expertises, é considerado mais difícil de substituir do que o próprio pessoal suicida e que, na prática tem a responsabilidade de colocar o suicida em posição) necessita fugir e evadir-se.

A exploração pós-atentado é o objetivo primário de toda e qualquer ação terrorista. Os atentados são explorados em função da máxima publicidade que puderem alcançar. Medidas de controle da mídia, manifestos antecipadamente preparados, o uso da Internet, radio, televisão, podcast e outras, contribuem para uma exploração eficaz. O rendimento da exploração de um ataque terrorista bem sucedido traz dividendos significativos sobre diferentes públicos-alvo, inclusive, com reflexos no recrutamento de pessoal e no apoio financeiro. Por outro lado, o ataque frustrado ou mal sucedido, tem o efeito inverso. Destrói a imagem da organização, mostrando-a vulnerável e, sobretudo, ineficaz.

Prevenção e Combate

A experiência vivenciada com sucesso, em diferentes países, registra que as ações fundamentais a serem executadas na prevenção e no combate ao terrorismo, visando todo o espectro da ameaça, estão enquadradas em quatro atividades básicas: Antiterrorismo e Contraterrorismo, normalmente, gerenciadas por um Centro Nacional de Prevenção e Combate ao Terrorismo; Administração das Conseqüências, normalmente, gerenciada pelo órgão central da Defesa Civil Nacional; e o Apoio de Inteligência, normalmente, gerenciada pelo órgão central do Sistema Nacional de Inteligência .

O Antiterrorismo é a atividade que engloba as medidas defensivas de prevenção, a fim de minimizar as vulnerabilidades dos indivíduos e das propriedades aos atentados terroristas.

O Contraterrorismo é a atividade que engloba as medidas ofensivas de caráter eminentemente repressivo, a fim de impedir, dissuadir, antecipar e responder aos atentados terroristas.

A Administração de Conseqüências é a atividade de preparação e resposta para minimizar as conseqüências de um atentado, incluindo o uso de agentes QBN. Inclui a emissão de alertas à população, planejamento de atendimento a catástrofes, saúde pública, vigilância médica e outras medidas preparatórias.

O Apoio de Inteligência é o ponto focal da prevenção e combate ao terrorismo. Engloba a busca (sigilosa), a coleta (ostensiva) e a disseminação de informações direta ou indiretamente relacionadas a atividades de organizações terroristas.

Todas estas atividades básicas são planejadas e executadas tanto por autoridades civis quanto militares, num esforço multidisciplinar inter-agências de grande vulto, e cuja integração é de grande complexidade. A experiência tem demonstrado que não há como se improvisar as ações a serem executadas em nenhuma dessas atividades, quando da eclosão de crises. O planejamento e a prontidão para execução devem estar permanentemente atualizados para que possam se tornar cada vez mais eficientes e eficazes, quando da eclosão das crises.

Inteligência

Mais do que nunca, o Sistema de Inteligência está na primeira linha de defesa dos interesses vitais de qualquer Estado Nacional. A ele cabe proceder um estudo permanentemente atualizado de “Análise da Ameaça”, que consiste num processo de compilação e exame de todas as informações disponíveis concernentes a potenciais atividades de grupos ou indivíduos terroristas que possam afetar os interesses nacionais. Esta Análise que, na atualidade, tem como um instrumento da maior relevância uma impositiva conexão com um significativo número de outras agências internacionais de Inteligência selecionadas, deve enfocar fatores específicos que definam, dentre outros, a capacitação operacional, a liderança, as intenções e motivações, as atividades importantes, recentes e atuais, as áreas de homizio, e as fontes de recursos, da(s) organização (ões) terrorista(s) em presença.

Basicamente, são 3 as fontes de Inteligência e Contra-Inteligência a serem trabalhadas pelo Sistema: Informações de fontes abertas (mídia, publicações diversificadas, internet, etc); Informações de Garantia da Lei e da Ordem (todas aquelas oriundas de fontes com responsabilidade na Segurança Pública); Informações oriundas da Inteligência e Contra-Inteligência Governamental (todas aquelas produzidas pelos diversificados órgãos que integram a Comunidade Nacional de Inteligência).

Não raro, em função das atuais ligações entre organizações terroristas e o crime organizado, necessário se torna integrar a tradicional Inteligência de Segurança Pública com a tradicional Inteligência de Segurança Nacional.

Contraterrorismo Proativo

Uma diferenciação básica entre o Contraterrorismo e o Antiterrorismo está no que se refere ao emprego dos organismos de segurança e defesa. Enquanto que nas ações a realizar no contexto do Antiterrorismo, as unidades empenhadas, sejam dos órgãos de Segurança Pública, sejam das Forças Armadas, não necessitem de especialização específica; no Contraterrorismo, é impositiva, verdadeira condição sine qua non, a especialização específica de contraterror. Nos últimos 35 anos, em diferentes países, unidades especificamente adestradas em ações contraterror foram desdobradas em incidentes diversificados envolvendo grupos terroristas de diferentes motivações e capacitações operacionais. Tais desdobramentos nem sempre foram coroados de êxito, via de regra por incompetência das próprias forças de segurança. Como exemplos inesquecíveis, até pela inestimável série de ensinamentos colhidos que propiciaram, e que ainda serão válidos por muito tempo, aí estão os incidentes de: Munique, nos Jogos Olímpicos de 1972, em que membros da delegação israelense foram sumariamente eliminados por integrantes da organização Setembro Negro, em face da então incompetência das forças de segurança alemãs; os ataques da Frente Separatista Chechena ao Teatro Dubrovka, em Moscou, em outubro de 2002 (800 espectadores mantidos reféns durante três dias, tendo a patética ação das forças de segurança russas resultado em 169 mortos, dos quais 128 reféns e 41 terroristas); e à Escola Número 1, em Beslan, Ossétia do Sul, nos três primeiros dias de setembro de 2004, cuja ação contraterror, também russa, resultou em 330 baixas fatais, sendo 186 crianças; e o mais recente ataque a Mumbai, Índia, entre 26 e 29 de novembro de 2008, tendo como resultado final, 164 civis não combatentes, 16 policiais e 9 terroristas mortos. Independentemente de sua extensão territorial, ou de seu nível político-estratégico na comunidade internacional, praticamente, todos os países, particularmente, no mundo ocidental, desenvolveram, tanto nos seus organismos de Segurança Pública (conhecidas como Unidades “Special Weapons and Tactics”- SWAT) quanto nas suas Forças Armadas, forças de operações especiais (FOpEsp) selecionadas, organizadas, adestradas e equipadas para o planejamento e a execução de ações contraterrorismo.

Na atualidade, fruto do estudo pormenorizado das organizações terroristas atuais, particularmente, daquelas fundamentalistas extremistas islâmicas, a comunidade contraterrorismo internacional chegou à conclusão de que o principal suporte do sucesso na neutralização dos atentados de qualquer natureza repousa numa Inteligência eminentemente proativa, que possibilita às FOpEsp desencadear sua ação retaliatória neutralizadora antes de que o grupo terrorista execute o atentado planejado. Esta concepção eminentemente proativa, que substitui uma concepção anterior, eminentemente reativa (as operações contraterrorismo, via de regra, eram desencadeadas somente após a realização do atentado), provocou uma significativa evolução no preparo das FOpEsp em todo o mundo. O espectro do adestramento que ficava intensivamente focado nas “técnicas de entrada” (neutralização de áreas de homizio) diversificou-se profundamente. Sobretudo, atualmente, os elementos especializados contraterror devem ser treinados a obter a informação e desencadear ações imediatas para maximizar o seu aproveitamento.

Outro aspecto absolutamente inequívoco, essencial e indispensável é a Unidade de Comando na condução de qualquer incidente envolvendo a neutralização de um grupo terrorista. Com o advento da concepção proativa, visando à sua eficiência e eficácia, mais do que nunca, torna-se imprescindível um eficiente papel do Coordenador da Ação Contraterrorismo (CACT), autoridade que deve exercer o comando, o controle e a imprescindível sincronização de todas

as ações, desde que os primeiros indícios da presença terrorista venham à tona, até a sua neutralização final. Em situações de maior criticabilidade, em que interesses vitais nacionais tenham elevado grau de risco, o CACT deverá receber diretrizes específicas oriundas dos mais altos escalões de segurança e defesa do Estado Nacional em presença.

Este “Contraterrorismo Proativo” exige que as diversas instituições de segurança civis e militares em presença, selecionem e treinem quadros na tarefa de exercer a função de CACT, bem como, atendendo ao que a atual experiência vem demonstrando, preparem equipes multidisciplinares de especialistas (pessoal, inteligência, operações, logística, comunicações, comunicação social, operações psicológicas, operações aeromóveis, armamento e munições, explosivos, etc) para assessorá-lo na tomada das decisões.

Toda essa significativa evolução tem acarretado que, quando da necessidade de neutralizar uma determinada organização terrorista, as FOpEsp integrantes das Forças Armadas tenham prioridade de emprego sobre aquelas oriundas das instituições policiais. Isso se torna ainda mais verdadeiro, na medida em que o grupo terrorista em presença demonstre uma consistente capacitação militar. Trata-se de uma consequência lógica da multidisciplinaridade de seu preparo, que integra desde a capacitação de infiltrar-se em qualquer terreno, sob quaisquer condições meteorológicas, sobreviver e operar em ambientes longínquos e hostis, com um mínimo de direção e apoio; até a prática intensiva do trabalho de comando e estado-maior (quadros especializados plenamente preparados, em diferentes níveis) para a tomada eficiente e eficaz de decisões, particularmente, as chamadas “decisões de conduta”, em situações emergenciais. Quando do emprego das FOpEsp das Forças Armadas, via de regra, o CACT e seu estado-maior são retirados do escalão imediatamente superior ao da Unidade responsável pela neutralização do grupo terrorista em presença (existência de sólidos laços táticos, alto padrão de confiança mútua, estabelecidos em adestramentos de grande intensidade e extremamente realísticos).

Toda essa conjuntura concorre de forma inequívoca, na atualidade, para a priorização das FOpEsp das Forças Armadas, que estarão enquadradas em Forças Tarefa Conjuntas de Operações Especiais (FTCjOpEsp, presença de Elm OpEsp de mais de uma Força Singular), que, por sua vez, estarão diretamente subordinadas ao maior escalão em presença. Quando da necessidade de integrar Forças Tarefa Combinadas Conjuntas de Operações Especiais (FTCbCjOpEsp, presença de Elm OpEsp de mais de uma Força Singular e de mais de um país), nas situações de atendimento a compromissos internacionais (fora do território nacional), fica ainda mais evidente a priorização das FOpEsp das Forças Armadas.

Este aspecto conclusivo, entretanto, não coloca, de nenhuma forma, fora de situação as FOpEsp policiais. A experiência demonstra que, visualizando a prontidão de emprego para as mais diversas situações, no contexto de todo o espectro de uma campanha de contraterrorismo, não faltará missão para esses profissionais operadores especiais policiais.

Conclusão

O Brasil, hoje, como potência reconhecidamente emergente, tem a sua estatura políticoestratégica implementada a cada dia, no cenário internacional, inclusive, com uma muito bem respaldada candidatura à ocupação de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em função de uma possível reforma na Carta Magna daquele organismo internacional.

Nessa condição, suas autoridades governamentais do mais alto nível decisório, sobretudo

aquelas investidas de responsabilidades na área de segurança e defesa, não podem alienar-se com relação aos complexos problemas que envolvem a prevenção e o combate ao terrorismo, que, tudo indica, será a maior ameaça à paz e à segurança internacionais no Sec XXI. Nesse contexto, necessário se torna operacionalizar, a curto prazo, o recentemente ativado, (Port. Nr. 22, de 9 de junho de 2009), pelo Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), Núcleo do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo. Da mesma forma, há que se dotar de recursos compatíveis os órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), bem como manter em elevado nível as capacitações das FOpEsp das Forças Armadas, além de estabelecer uma política nacional que possibilite a maximização da capacitação das diversas FOpEsp das polícias civis e militares, federais e estaduais.

(*)General de Brigada na Reserva, Analista Militar especialista em Operações Especiais, Contraterrorismo e Guerra Irregular.

REFERÊNCIAS

- Celeski, Joseph D., "Hunter-Killer Teams: Attacking Enemy Safe Havens", Joint Special Operations University, JSOU Report 10-1, January 2010, Hurlburt Field, FL, USA.
- Hoffman, Bruce, "Rethinking Terrorism and Counterterrorism since 9/11", Studies in Conflict&Terrorism, RAND, Arlington,VA,USA, 2008.
- US Joint Chiefs of Staff, "Antiterrorism", Joint Publication JP 3-07.2, 14 April 2006, Washington D.C., USA.
- US Joint Chiefs of Staff, "Counterterrorism", Joint Publication JP 3-26, 13 November 2009, Washington D.C., USA.